

# Votação sairá após a eleição, no esforço

**BRASILIA** — Desde a quinta-feira o orçamento fiscal para 1986 está na ordem do dia do Congresso Nacional para ser discutido e votado. Mais de Cr\$ 656,1 trilhões a serem aplicados no próximo ano aguardam pela presença dos parlamentares ou por um acordo das lideranças de todos os partidos.

O Líder do PMDB, Deputado Pimenta da Veiga, anunciou que o orçamento — matéria prioritária — deverá ser aprovado depois das eleições de sexta-feira, no esforço concentrado que os partidos pretendem empreender para desafogar a pauta. O Congresso, porém, terá de votar muitas questões importantes da área econômica, como a reforma tributária, o projeto de royalties pela extração de petróleo no mar e o Plano Nacional de Desenvolvimento.

A proposta do orçamento fiscal foi encaminhada à Comissão Mista do Congresso em junho e somente quase cinco meses depois pôde ir para a ordem do dia, depois de cumpridos os prazos legais e a determinação de que os trabalhos da comissão só podem ser abertos com a presença de, no mínimo, 20 de seus membros.

Presidida pelo Senador Saldanha Derzi (PMDB-MS), a comissão foi composta por 20 parlamentares do PMDB, 17 do PDS, 14 do PFL, dois do PDT, um do PTB e um do PT, mais os suplentes.

A cada parlamentar coube a apreciação dos orçamentos dos Ministérios, poderes legislativos e judiciário, entidades vinculadas e órgãos públicos. A quase totalidade dos pareceres foi favorável à proposta do Executivo. Vários relatores questionaram a destinação de verbas para algumas áreas, que não puderam, contudo, ser modificadas.

A única voz discordante foi a do Senador Roberto Campos (PDS-MT), que sugeriu a extinção dos Ministérios da Ciência e Tecnologia e da Cultura, por achar que eram "altamente inflacionários". Sua proposta foi, no entanto, rejeitada pelos membros da comissão.

O orçamento de 1986 — dos quais Cr\$ 626,6 trilhões são recursos do Tesouro Nacional e Cr\$ 29,5 trilhões são receitas próprias das empresas de administração indireta — representa uma elevação nominal, em relação ao orçamento deste ano, de 638,28 por cento.

Dentro do Poder Executivo, o órgão mais beneficiado foi o Ministério dos Transportes, que receberá Cr\$ 67 trilhões, 10,2 por cento do orçamento global, seguido pelos Ministérios da Educação, com Cr\$ 38 trilhões, 5,8 por cento; e pelo Ministério da Aeronáutica, com Cr\$ 20 trilhões, 3,4 por cento.